

ACTA NÚMERO 104

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de 2014, pelas 20:30 horas, reuniu em primeira convocatória a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Esgrima (F.P.E.), presidida pelo Sr. João Freire Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, coadjuvado pela Sra. D^a. Maria João Grave Martins Soares de Figueiredo, Vice-Presidente, e pela Sra. D^a Isabel Maria do Patrocínio Carvalho Salgueiro Marques, que aceitou secretariar a reunião no impedimento do titular do cargo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Adaptação dos Estatutos da FPE, nos termos do Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de Junho, que altera o Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro-----
Presentes os seguintes delegados: -----

- João Carlos Simões Ribeiro Gomes e Luís Manuel Polainas Charréu pela Academia de Esgrima João Gomes;-----
- Nuno Filipe Rodrigues Frazão, pelo Clube Atlântico de Esgrima; -----
- Filipa Alvim, pelo Colégio de S. Tomás;-----
- José Manuel dos Prazeres Faria Luciano e André António Afonso, pela Escola Desportiva de Viana; -----
- Ramiro Fernandes, pelo Ginásio Clube Português; -----
- Adérito Orlando Calejo Faustino e Filipe Rocha Melo, pelo Sport Club do Porto; ----
- Fernando Pedro Mendes Fernandes, pelo Sport União Sintrense;-----
- Frederico José Barros da Fonseca Santos, pelos Clubes Sem Representação Própria; -----
- Maria Eugénia Santos Pinto Queirós, pelos Árbitros; -----
- Catarina Alexandre Ferreira, Joaquim Filipe Ferreira dos Santos Videira e Maria do Carmo Marques de Arede, pelos Restantes Atletas; -----

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Mesa deu as boas-vindas aos delegados e submeteu à aprovação da Assembleia Geral a Acta n.º 103 que foi aprovada por unanimidade e cuja leitura tinha sido dispensada por proposta do delegado Joaquim Videira, também aprovada por unanimidade. Seguidamente, entrando na Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Federação, Sr. Frederico Valarinho, se queria prestar alguns esclarecimentos adicionais à proposta de alteração dos Estatutos, em apreço. -----

O Presidente da Federação no uso da palavra, começou por agradecer ao Sr. Engenheiro Fonseca Santos a colaboração prestada na elaboração dos Estatutos da Federação na redacção em vigor até à presente data, os quais teriam, agora, de ser adaptados, nos termos das alterações legais introduzidas no Regime Jurídico das Federações Desportivas e as Condições de Atribuição do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, pelo Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de Junho. -----

Seguidamente, informou a Assembleia de que a proposta de revisão estatutária apresentada pela Federação, tinha sido elaborada com a colaboração do Prof. José Meirim, o qual teve conhecimento e analisou as alterações sugeridas pelos delegados Joaquim Videira e Eng.º Fonseca Santos.-----

Após estes esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início à discussão das propostas apresentadas pelos delegados Joaquim Videira e Fonseca Santos: -----

Artigo 1º - Definição e natureza-----

A proposta do delegado Joaquim Videira passa pela utilização da expressão “a **Esgrima é uma actividade multidisciplinar**”. O presidente Frederico Valarinho explicou que esta questão já foi alvo de discussão com o IPDJ que, baseado na definição do Comité Olímpico Internacional, determina que a Esgrima é uma “modalidade desportiva praticada com três armas”, pelo que não pode ser considerada multidisciplinar.-----

Assim, a Direcção entende que a redacção proposta deve manter-se.-----

Artigo 15º – Direitos dos sócios-----

A questão das moções de censura, prevista na alínea j) da anterior redacção deste artigo, foi longamente analisada, tendo-se concluído que, a ser mantida, teria de aplicar-se a todos os órgãos sociais, trazendo maiores riscos, para a vida da Federação Portuguesa de Esgrima, do que vantagens. Que sentido faz, por exemplo, uma moção de censura ao Conselho de Disciplina, ao Conselho de Justiça ou ao Conselho Fiscal? A aceitar a proposta da sua manutenção pelos delegados Joaquim Videira e Frederico Fonseca Santos, essa possibilidade existiria e poderia concretizar-se, com funestas consequências. -----

Assim, considerando que a figura da exoneração, prevista para diversas situações, é suficiente para alcançar o objectivo pretendido pela figura das moções de censura, entende-se que a redacção proposta pela Direcção deve manter-se.-----

Pediu a palavra o delegado José Luciano, para explicar que o regime jurídico não

prevê a moção de censura.-----

Após estas explicações o delegado Fonseca Santos, no uso da palavra informou que não fazia questão que as moções de censura constassem da nova versão dos estatutos. -----

Artigo 19º – Direitos dos praticantes, treinadores e árbitros licenciados-----

Os delegados Joaquim Videira e Frederico Fonseca Santos propõem que se mantenha uma alínea, constante da versão anterior dos estatutos, que prevê entre os direitos dos praticantes, treinadores e árbitros licenciados o de “frequentar a sede da FPE”. Sobre esta matéria, o presidente Frederico Valarinho, esclareceu que a definição de “frequentar” é muito vaga e abre situações possíveis de riscos funcionais e de segurança, informou ainda que qualquer praticante, treinador e/ou árbitro pode dirigir-se à sede da FPE sempre que necessite de o fazer, no decorrer do seu horário de funcionamento, ou em data e hora, acordada com os seus responsáveis. -----

Assim, a redacção proposta pela Direcção deve manter-se. -----

Artigo 27º – Renúncia e demissão-----

Os delegados Joaquim Videira e Frederico Fonseca Santos propõem a manutenção do artigo relativo às moções de censura (Artigo 27º dos antigos estatutos). Esta questão encontra-se prejudicada face ao decidido aquando da discussão da nova redacção do art.º 15.º.-----

Assim, a nova redacção do art.º 27.º, sob a epígrafe “**Renúncia e demissão**” proposta pela Direcção, deve manter-se. -----

Artigo 28º – Renúncia-----

Os delegados Joaquim Videira e Frederico Fonseca Santos propõem que a exoneração ou demissão do Presidente implique a cessação de funções da Direcção. Esta proposta vai contra o Regime Jurídico das Federações actualmente em vigor, que entende que o Presidente e a Direcção são órgãos autónomos e independentes, não fazendo sentido que o desempenho das funções da Direcção seja interrompido pela exoneração ou demissão do Presidente.-----

Assim, a redacção proposta pela Direcção deve manter-se. -----

Artigo 30º – Nomeação dos delegados-----

O delegado Joaquim Videira considera que os números e percentagens de delegados constantes deste artigo devem ser retirados e passar para o regulamento eleitoral. ----

O Presidente da Federação explicou que após o estudo efectuado, concluiu-se que o Estado exigia que esta questão ficasse clara nos estatutos. -----

Assim, a redacção proposta pela Direcção deve manter-se. -----

O delegado Frederico Fonseca Santos considerou que a redacção do número 2 deste

artigo devia passar a ser a seguinte: -----

Os sócios referidos nas alíneas a) e b) poderão ter direito à nomeação de mais delegados conforme a soma dos delegados representantes dos respetivos clubes e até perfazer o total de 28 delegados. Terão mais um delegado os sócios com mais participantes em provas oficiais na época anterior, até perfazer o número de 28.-----

O delegado José Luciano, interveio e esclareceu que a redacção é idêntica à anterior, não sendo possível na sua opinião colocar nos futuros estatutos artigos que contrariem a legislação. -----

O delegado Fonseca Santos demonstrou efusivamente o seu desagrado esclarecendo os presentes que não estava de acordo.-----

Artigo 34º – Regime de Comissão de Gestão

O delegado Frederico Fonseca Santos propõe que a redacção deste artigo passe a ser a seguinte: **À Mesa da Assembleia Geral cabe exercer, em regime de Comissão de Gestão e em caso de demissão ou exoneração do Presidente e da Direcção, as funções de gestão corrente da FPE, até à nomeação de uma comissão para esse efeito ou até à eleição de novos órgãos sociais.** -----

-A Direcção não se opôs à proposta do delegado. -----

Artigo 38º – Funcionamento

O delegado Frederico Fonseca Santos propôs que a redacção da alínea b) do n.º 2 deste artigo, passasse a ser a seguinte:-----

Carecem de quatro quintos da totalidade dos votos dos delegados presentes as deliberações sobre a dissolução da FPE, ou sobre a alteração do seu âmbito, referido no artigo 2º. -----

Dada a natureza do objecto da deliberação da Assembleia Geral, sobre a dissolução da FPE ou sobre a alteração do seu âmbito, a Direcção propôs manter a redacção inicial, porquanto o universo de votantes nela previsto – totalidade dos votos dos delegados – é superior ao dos delegados “presentes”, donde resulta uma maioria qualificada mais reforçada. -----

Artigo 40º – Competências

O delegado Joaquim Videira propõe que se introduza uma alínea, j), no Ponto 2. com a seguinte redacção:-----

Participar, quando o entenda conveniente, nas reuniões de quaisquer órgãos federativos de que não seja membro, podendo intervir na discussão sem direito

o voto.-----

A Direcção aceita a proposta do delegado. -----

O delegado Frederico Fonseca Santos propõe que se acrescente ao Ponto 2. uma alínea com a redacção seguinte:-----

Delegar num vice-presidente a condução de reuniões com a Direcção.-----

A Direcção considera que, uma vez que, na alínea h) deste ponto, é referido que cabe ao Presidente **“Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias de Direcção e presidir a elas”**, não faz sentido delegar num vice-presidente a condução de reuniões que o próprio Presidente convocou. -----

-Assim, a Direcção mantém a redacção por si proposta. -----

Artigo 41º – Composição

As propostas feitas pelo delegado Frederico Fonseca Santos, relativas ao funcionamento das reuniões de Direcção, mostram-se desnecessárias, uma vez que à FPE é aplicado supletivamente o regime jurídico previsto no Código das Sociedades Comerciais. -----

-Assim, a Direcção mantém a redacção inicial.-----

Artigo 42º – Competência

O delegado Frederico Fonseca Santos propõe que se acrescente uma alínea a este artigo, definindo que **cabe à Direcção aprovar os contratos negociados pelo Presidente.** -----

Ora, uma vez que o Presidente representa a FPE na negociação de quaisquer contratos e, por lei, é responsável civil e criminalmente pelas decisões que toma, não vê a Direcção necessidade de aprovação desses mesmos contratos.-----

Assim, a Direcção mantém a redacção inicial. -----

Artigo 53º – Competência

O delegado Joaquim Videira propõe que na alínea b) do número 1 deste artigo, onde se lê **decidir, em definitivo, os conflitos de competência que envolvam o próprio Conselho de Justiça**, deve retirar-se a expressão “em definitivo”, devido ao projecto de criação do Tribunal Arbitral do Desporto.-----

A Direcção considera que, estatutária e internamente, a decisão do Conselho de Justiça é definitiva, não devendo deixar-se em aberto a possibilidade de o não ser – tanto mais que o Tribunal Arbitral do Desporto ainda não existe nem as suas regras de

funcionamento são conhecidas.-----

Assim, a Direcção mantém a redacção inicial. -----

O delegado Joaquim Videira propõe, ainda, a inclusão de um artigo adicional com a figura não prevista de Secretário Geral, com a redacção seguinte:-----

1. O Secretário-geral é o coordenador do Secretariado Geral cabendo-lhe executar as deliberações da Direcção.-----

2. O Secretário-geral é contratado pela Direcção, em regime de comissão de serviço, sob proposta do Presidente, tendo que possuir reconhecida competência para o exercício das suas funções.-----

3. Ao Secretário-geral não são aplicáveis as disposições relativas à suspensão de mandato e de cessação de funções dos titulares dos órgãos previstas nestes Estatutos.-----

4. O regime remuneratório do Secretário-geral é estabelecido pela Direcção da FPE.---

5. O Secretário-geral da FPE é responsável por:-----

a) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;-----

b) Estar presente nas reuniões da Assembleia Geral e da Direcção;-----

c) Organizar as reuniões da Assembleia Geral e da Direcção;-----

d) Elaborar as atas das reuniões da Direcção, com o resultado das votações e respectivas declarações de voto;-----

e) Elaborar a estatística das faltas injustificadas nas Assembleias Gerais;-----

f) Elaborar e propor todos os regulamentos necessários para a prossecução do objecto da FPE;-----

g) Propor à Direcção o local e a calendarização das competições nacionais e as Selecções Nacionais;-----

-h) Supervisionar a contabilidade e gerir a correspondência da FPE, assegurando os contactos com os organismos internacionais.-----

Sobre a proposta de criação do cargo de Secretário Geral, considera a Direcção que, por: -----

- Várias das funções enumeradas coincidirem com funções a serem desempenhadas pelos cargos de Director de Serviços e Director Técnico; e-----

-A FPE não ter capacidade para engrossar o seu quadro de profissionais remunerados; -----

Não deve ficar estatutariamente prevista esta figura.-----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu e submeteu à votação da Assembleia as alterações introduzidas aos Estatutos da FPE.-----

As respectivas alterações foram aprovadas por maioria, com 14 votos a favor e 1 abstenção, à excepção da nova redacção do artigo 30º, que foi aprovada com 13 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção, e da nova redacção do artigo 42.º, que foi aprovada com 14 votos a favor e 1 contra. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas 23:15 horas. -----

O PRESIDENTE



A VICE-PRESIDENTE



A SECRETÁRIA

